FÓRUM – GOVERNO ABERTO: CAMINHOS PARA TRANSPARÊNCIA, DADOS ABERTOS, PARTICIPAÇÃO, COLABORAÇÃO E *ACCOUNTABILITY*

Submetido 01-03-2024. Aprovado 06-12-2024
Avaliado pelo sistema de revisão duplo-anônimo. Editores convidados: Alex Bruno F. M. do Nascimento, Diana Cruz Rodrigues, Gabriela de Brelàz, Luiz Filipe Goldfeder Reinecke, Thiago Ferreira Dias
Avaliadores/as: Daniel Moraes Pinheiro, Universidade do Estado de Santa Catarina, Departamento de Administração Pública, Florianópolis, SC, Brasil. O/A segundo/a avaliador/a não autorizou a divulgação de sua identidade e relatório de avaliação por pares. O relatório de revisão por pares está disponível neste link.
Versão original | DOI: http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v30.90829

INTERSECÇÕES ENTRE GOVERNO ABERTO E EDUCAÇÃO POLÍTICA

Intersections between open government and civic education

Intersecciones entre gobierno abierto y educación cívica

Fernanda Nascimento de Lima*[1] | fernandanascimento920@gmail.com | ORCID: 0000-0003-3020-7961
Gisele da Silva Craveiro[1] | giselesc@usp.br | ORCID: 0000-0002-1053-4132

*Autora correspondente
[1]Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

O presente artigo explorou a literatura de Governo Aberto e de educação política para identificar elementos de intersecção entre ambos e apresentar um panorama de compromissos de educação política baseado nos Planos de Ação criados pelos governos subnacionais membros da OGP (da sigla em inglês para Parceria de Governo Aberto). Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre ambos os temas, a partir de critérios predefinidos, sistematização e análise dos compromissos constantes dos Planos de Ação disponibilizados no site da OGP. Entre os resultados, têm-se a inédita identificação da intersecção entre as áreas, não observada anteriormente nos respectivos arcabouços teóricos, e, também, a identificação de um baixo número de ações de educação política no escopo da parceria, o que aponta uma contradição em relação aos objetivos que esta busca disseminar. A aproximação entre as áreas pode favorecer a agenda de Governo Aberto, sobretudo ao pautar autores e reformadores acerca da importância da educação política para a efetivação das ações.

Palavras-chave: Governo Aberto, educação política, participação, democracia, Planos de Ação em Governo Aberto.

ABSTRACT

This article explored the literature on open government and civic education to identify intersecting elements and present an overview of civic education commitments based on action plans created by subnational governments that are members of the Open Government Partnership (OGP). Bibliographic research was conducted, and criteria were defined for selecting the initiatives that comprised the panorama of actions. The results confirmed the intersection between both areas, not previously observed in their respective theoretical frameworks. They also identified a small number of civic education actions within the scope of the OGP, which points to a contradiction regarding the objectives it seeks to disseminate. The convergence between the areas can favor the open government agenda, especially by informing authors and reformers about the importance of civic education for the effectiveness of actions.

Keywords: *Open Government, civic education, participation, democracy, Open Government Action Plans.*

RESUMEN

El presente artículo exploró la literatura sobre gobierno abierto y educación cívica para identificar elementos de intersección entre ambos y presentar un panorama de compromisos de educación cívica basados en los planes de acción creados por los gobiernos subnacionales miembros de la Alianza para el Gobierno Abierto (OGP, por su sigla en inglés). Para ello, se llevó a cabo una investigación bibliográfica y se definieron criterios para la selección de las iniciativas que conformaron el panorama de las acciones. Entre los resultados, está la confirmación de la intersección entre las áreas, no observada previamente en los respectivos marcos teóricos y también la identificación de un bajo número de acciones de educación cívica dentro del alcance de la Alianza, lo que señala una contradicción con los objetivos que esta busca promover. La aproximación entre las áreas puede favorecer la agenda de gobierno abierto, especialmente, al orientar a autores y reformadores sobre la importancia de la educación política para la efectividad de las acciones.

Palabras clave: *gobierno abierto, educación cívica, participación, democracia, planes de acción en gobierno abierto.*

INTRODUÇÃO

Na literatura contemporânea, Governo Aberto é entendido como um modelo de governança baseado nos princípios da transparência, participação e colaboração, voltado a aproximar os governos dos cidadãos por meio da inclusão destes – e de outros atores não governamentais – no processo de construção de políticas públicas. Embora o debate de Governo Aberto enquanto movimento de reforma política e organizacional tenha se desenvolvido mais expressivamente nas últimas décadas, não se trata de um conceito novo. A sua origem remonta ao movimento iluminista, atrelado às discussões sobre transparência e acesso à informação (Oliveira, 2020; Piotrowski et al., 2022).

No caso do Brasil, é razoável argumentar que a realização de práticas de Governo Aberto datam dos anos da redemocratização, processo que pôs fim há mais de duas décadas de elitismo democrático envolvendo novos atores sociais nos processos decisórios (Avritzer & Santos, 2002; Dagnino, 2004; Lotta, 2016). Contudo, passados mais de 30 anos da restauração da democracia, o quadro instalado é de um sistema democrático precarizado, inserido em um fenômeno não exclusivo ao Brasil, denominado, entre outros termos, crise de representação (Aragão, 2023).

A literatura de Governo Aberto também aborda esse cenário, apresentando a promoção da agenda como "uma nova fonte de legitimidade das democracias contemporâneas que encontram limites em seu modelo representativo" (Garbiero, 2017, p. 2). A literatura de educação política, por sua vez, talvez menos como fonte e mais como meio, argumenta que a realização das práticas, ao formar e estimular os cidadãos a participarem de maneira ativa nos processos e espaços de consulta e tomada de decisão, igualmente colabora para o estabelecimento da legitimidade democrática (Almeida, 2016; Benevides, 1996; Cosson, 2011; Dantas, 2017; Nascimento et al., 2016; Santos, 2021). Assim, tanto Governo Aberto quanto a educação política têm o estímulo à participação e, consequentemente, ao aprimoramento e fortalecimento democrático como objetivos comuns.

A publicação do Memorando para a Transparência e Governo Aberto (Obama, 2009) na administração de Barack Obama (2009-2017) e a criação da OGP, em 2011, projetaram o conceito a um nível global, fomentando a realização tanto de ações quanto de pesquisas (Calderón & Lorenzo, 2010; Chatwin et al., 2019; Criado et al., 2018; Ruvalcaba-Gomez et al., 2018; Tai, 2021). Em 2016, a OGP abriu-se à participação dos governos locais – antes disso, apenas governos nacionais eram membros –, no entanto, ainda se observa na literatura o predomínio de pesquisas de Governo Aberto tratando de ações realizadas pelos governos nacionais e relacionadas aos princípios da transparência e da tecnologia (Chatwin et al., 2019; Criado et al., 2018; Ruvalcaba-Gómez et al., 2018; Tai, 2021).

A lacuna na abordagem da educação política pela literatura de Governo Aberto, dada a relação direta que as duas estabelecem, agrava o deslocamento da participação nesse dito novo paradigma governamental. Diante disso, o objetivo deste estudo é observar elementos de intersecção entre a literatura de Governo Aberto e de educação política e, também, apresentar um panorama dos compromissos subnacionais de educação política no âmbito da OGP. Para tal, foram realizadas pesquisa bibliográfica – em ambas as áreas mencionadas – e pesquisa docu-

mental, essa última a partir da examinação dos Planos de Ação dos governos subnacionais da OGP, que refletirá a lacuna, também, no campo prático de Governo Aberto.

Posto isso, compreende-se que a novidade de marcar a interface entre Governo Aberto e educação política contribui para o debate em ambos os campos, podendo pautar a comunidade de Governo Aberto sobre a relevância da educação política para substanciar, sobretudo, o princípio da participação e alcançar maior efetividade das ações.

Excetuando esta introdução e as considerações finais, o artigo está estruturado em cinco partes. A primeira apresenta uma trajetória da evolução do conceito de Governo Aberto. A segunda discute, de maneira não exaustiva, o entendimento sobre a educação política no Brasil. A terceira argumenta a respeito da intersecção entre elementos de Governo Aberto e de educação política. Na continuidade, são apresentados os recursos metodológicos e, por fim, a quinta seção apresenta o panorama das ações de educação política a partir dos Planos de Ação subnacionais de Governo Aberto.

FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE GOVERNO ABERTO

A origem do conceito de Governo Aberto remonta ao século XVIII, estando relacionada aos ideais iluministas que defendiam que os governos deveriam ser abertos à opinião pública (Bellix et al., 2017). Ele reaparece nos Estados Unidos da América (EUA), no século XIX, no contexto da Era da Reconstrução (1865-1920), como forma de aprimorar a democracia por meio da relação entre o povo e as instituições governamentais (Oliveira, 2020) e, posteriormente, no pós-Segunda Guerra Mundial, em um contexto de retenção de informações pelo governo nacional, passando a ser associado ao acesso à informação pública, resultando no aperfeiçoamento de dispositivos legais para o acesso à informação e a prestação de contas (Criado et al., 2018; Oliveira & Ckagnazaroff, 2023; Parks, 1957; Tai, 2021).

Criado et al. (2018) destacaram quatro marcos que deram maior notoriedade à agenda de Governo Aberto: a publicação do Memorando para Transparência e Governo Aberto pelo presidente Barack Obama (2009); as ações de acesso à informação empreendidas pelos primeiros-ministros britânicos Gordon Brown (2007-2010) e David Cameron (2010-2016); a adesão da agenda de Governo Aberto pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e a criação da OGP, em 2011, tratada mais adiante.

Até a publicação do Memorando, o conceito estava mais associado à transparência e ao acesso às informações governamentais e, a partir de então, passou a ser vinculado também aos princípios de participação e colaboração.

Accountability, governo eletrônico, democracia, inovação, engajamento, rede, deliberação, acessibilidade, entre outros temas, também tangenciam o conceito de Governo Aberto (Oliveira & Ckagnazaroff, 2023; Ruvalcaba-Gómez et al., 2018), possivelmente como resultado do fato de ser um tema estudado por diversas áreas do conhecimento (Chatwin et al., 2019; Criado et

al., 2018). No entanto, em decorrência das ações da gestão Obama (2009-2017), a transparência, a participação e a colaboração são os princípios mais empregados nas discussões conceituais contemporâneas (Calderón & Lorenzo, 2010; Criado et al., 2018; Oliveira & Ckagnazaroff, 2023; Ramírez-Alujas, 2012; Ruvalcaba-Gómez et al., 2018; Tai, 2021).

A transparência é considerada por diversos autores um dos fundamentos da democracia, da economia e da boa governança (Piotrowski et al., 2022). Com o advento do Governo 2.0, passou a ter uma relação mais estreita com a tecnologia, os valores de dados abertos e o direito de acesso a dados públicos, sendo vista em diversos estudos como o ponto de partida para a consolidação do Governo Aberto, ao mesmo tempo que se configura como um valor de legitimidade dos governos (Criado et al., 2018). Contudo, apesar do destaque recebido, ações de transparência não são suficientes para a consolidação do Governo Aberto. Iniciativas de participação e colaboração são igualmente necessárias para esse fim (Oliveira & Ckagnazaroff, 2023).

Com o desenvolvimento do conceito de Governo Aberto, a participação passou a ser mais diretamente relacionada ao processo de tomada de decisões e à formulação de políticas públicas, podendo ser exercida individual ou coletivamente (Cruz-Rubio, 2016). O autor destaca também a importância de se conhecerem as dimensões pelas quais a participação transita, bem como o impacto desta sobre a sociedade e sobre as próprias estratégias utilizadas, apresentando cinco níveis em que ela pode ser empreendida: 1) informar; 2) consultar; 3) envolver; 4) colaborar; 5) dar poder de decisão.

Diferentemente da participação, que está mais relacionada ao processo de tomada de decisão, Tai (2021) define colaboração como a forma pela qual organizações sem fins lucrativos ou o setor privado se envolvem nos processos de prestação de serviços públicos, como o *crowdsourcing* e a coprodução. Cruz-Rubio (2016) afirma que a noção de colaboração é uma forma de interação participativa e coordenada entre cidadãos e sociedade civil no desenvolvimento de inovações, na gestão de serviços públicos e na abordagem de novos problemas, promovendo a geração de valor público. Ela pode também ser um marcador do nível de maturidade de Governo Aberto — superior à transparência e à participação — com maior articulação entre órgãos governamentais e sociedade civil (Criado et al., 2018).

Para Criado et al. (2018), a pluralidade de áreas que se dedicam ao estudo de Governo Aberto, somada à falta de uma definição fechada do que ele é, colabora para a não conformação de uma base teórica consistente (Chatwin et al., 2019; Criado et al., 2018). Por outro lado, acredita-se que a variedade de linhas de estudo pode contribuir para a riqueza do debate.

Como o Governo Aberto está sendo implementado?

A implementação de Governo Aberto representa os objetivos das ações e determina seus resultados potenciais. Assim, espera-se que conceituação e implementação estabeleçam uma relação de conformidade. Contudo, decorridos mais de 10 anos da reforma administrativa de Governo Aberto, começa a ser observada uma lacuna entre ambas.

A revisão sistemática realizada por Tai (2021), a partir da seleção de 189 estudos, revelou uma desigualdade entre os casos de implementação de iniciativas de Governo Aberto, com

49% dos estudos tratando de ações realizadas por governos nacionais/federais e 28,57% abordando ações realizadas por governos locais.

Criado et al. (2018) também evidenciaram uma discrepância em relação aos níveis dos estudos de Governo Aberto. Uma meta-análise realizada pelos autores revelou que 40% abordam, igualmente, ações realizadas no âmbito nacional e/ou federal, seguidos pelos âmbitos local/municipal e regional/estadual, com 26% e 6% dos estudos, respectivamente.

Os resultados obtidos por Tai (2021) podem levar a inferir que as iniciativas dos governos subnacionais, mesmo estimuladas pela OGP a partir da criação do programa OGP Local, em 2016, são, ainda, pouco pesquisadas. Obviamente, trata-se de um período ainda curto para perceber os resultados da ampliação da parceria, mas, com os governos subnacionais tornando-se cada vez mais os principais responsáveis por garantir maior qualidade de vida aos seus habitantes, é fundamental que a reforma de Governo Aberto alcance este nível de governo (Chatwin et al., 2019). Importante destacar que os estudos de Tai (2021) e de Criado et al. (2018) foram realizados a partir da seleção de artigos publicados apenas na língua inglesa, não abrangendo publicações de localidades onde o inglês não é a língua oficial ou popular, que poderiam contribuir para um entendimento mais global de Governo Aberto, a respeito tanto da conceituação quanto da implementação.

A pesquisa de Tai (2021) também revelou o predomínio de estudos empíricos (81%). Destes, 74,5% foram realizados tendo como base o lançamento de novas tecnologias, 7,8% tratavam do lançamento de novas instituições e 17,6% não abordavam um caso específico. Da fatia tecnológica, em relação aos três princípios mais disseminados de Governo Aberto, 64,9% dos estudos tratavam do uso tecnológico para o alcance de objetivos de dados abertos, 12,3% abordavam o aumento da participação e, 4,4% referiam-se ao aumento da colaboração.

Em resumo, segundo o autor, "esses achados indicam uma possível seleção de casos desequilibrada para estudos empíricos onde os casos selecionados tendem a ser baseados em tecnologia e transparência" (Tai, 2021, p. 8). A menor realização de iniciativas de participação e colaboração prejudica o entendimento acerca dos impactos de Governo Aberto e pode gerar um debate acerca do quão abertas são, de fato, as iniciativas atuais, o que leva o autor a questionar a possível necessidade de discutir se o corrente entendimento do termo deve ser reconceituado, já que parece não se verificar na prática.

O QUE SE ENTENDE POR EDUCAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

As pesquisas sobre educação política no Brasil tendem a se concentrar em três áreas consideradas essenciais à cidadania democrática: conhecimento político, adesão a normas e valores democráticos e participação política (Fernandes, 2018; Schmitz, 2021). Em linhas gerais, as práticas de educação política compreendem atividades que "se destinam à promoção do conhecimento político, do engajamento e do apoio a normas e valores democráticos entre cidadãos comuns, com o objetivo mais amplo de fortalecer a cultura política democrática" (Fernandes, 2018, p. 53).

Segundo Schmitz (2021), uma parte significativa dos autores que trabalham com a educação política possui a plena compreensão de que ela é fundamental na mediação da qualidade democrática. A autora, ainda, evidencia que as conclusões dos estudos nacionais sobre o tema se encaminham para o desenvolvimento do conhecimento político, aumento da compreensão e da confiança nas instituições políticas e maior participação. No entanto, a sua oferta, por meio de políticas educacionais formais, a que Bobbio (1986) se referiu como uma das "promessas não cumprida da democracia", tem se apresentado como um desafio às nações democráticas (Dantas, 2010; Jardim, 2018). No caso do Brasil, a falta de institucionalização da educação política, o surgimento de movimentos como o Escola sem partido e a existência de um certo tensionamento entre diferentes termos e significações utilizados para abordar esse tipo de educação dão mais corpo a esse desafio (Aragão, 2023; Santos, 2021).

De acordo com Jardim (2018), ainda são bastante escassos os estudos que tratam com profundidade a polissemia presente na literatura de educação política, o que dificulta não só a realização de um trabalho de sistematização, mas também a construção de uma concepção comum desse tipo de educação e seus conteúdos norteadores. Segundo a autora, os termos tratados com maior fundamento na literatura são educação política, educação para a cidadania, socialização política, letramento político e educação para a democracia, sem a verificação de diferenças significativas entre eles, que tendem mais a convergir do que divergir. Dantas (2017) argumenta que, apesar das diferenças, os diversos termos parecem possuir um objetivo comum, que é "consolidar a democracia por meio do adensamento da capacidade de o cidadão participar, compreender e atuar politicamente de forma mais consistente e a despeito de ideologias e suas variações que devem ser amplamente respeitadas" (p. 9). Na mesma linha, Schmitz (2021) complementa que a compreensão dos termos tende a concorrer, essencialmente, para a realização de práticas de formação contínuas voltadas à sociedade civil, baseadas na neutralidade, defesa da pluralidade e das liberdades individuais e na ética suprapartidária.

Para Jardim (2018), a falta de consenso pode dificultar a realização de levantamentos da literatura sobre o tema e, também, a construção de uma significação comum para esse tipo de educação com a definição dos conteúdos que deveria abordar e, ainda, traz dificuldades para o aprofundamento dos debates, já que os autores podem estar, não necessariamente, tratando do mesmo objeto.

GOVERNO ABERTO E EDUCAÇÃO POLÍTICA: UMA INTERSECÇÃO POSSÍVEL

No arcabouço teórico de Governo Aberto, é recorrente a sua associação ao sistema democrático e seus valores (Calderón & Lorenzo, 2010; Chatwin et al., 2019; Criado et al., 2018; Cruz-Rubio, 2015; Lozano, 2010; Oliveira & Ckagnazaroff, 2023; Ramírez-Alujas, 2012; Ruvalcaba-Gomes et al., 2018; Tai, 2021). Alguns autores, inclusive, defendem que a essência do Governo Aberto deve retornar aos preceitos democráticos clássicos, ou seja, ao amplo diálogo com a sociedade, a fim de alcançar uma compreensão compartilhada dos problemas públicos e das decisões a serem tomadas diante deles.

Segundo Calderón e Lorenzo (2010) há um consenso razoável na literatura de que Governo Aberto se refere a uma evolução do sistema democrático, baseado na instituição de mecanismos de transparência governamental e de espaços permanentes de colaboração e participação. O propósito da agenda, segundo Ramirez-Alujas (2012), compreende o fortalecimento dos sistemas democráticos, a elevação dos níveis de confiança nas instituições políticas, o aumento da participação e do compromisso cívico e melhoria da qualidade, eficácia e eficiência dos governos mediante os princípios da equidade, integridade e transparência.

Benevides (1996) define democracia "como um regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos" (p. 225). Ainda que sucinta, a definição da autora inclui os pilares da "democracia dos antigos" e da "democracia dos modernos", essa última relacionada ao ideal republicano, aos valores liberais e às concepções da cidadania contemporânea.

A restrição política e democrática ditada pela democracia neoliberal não é aleatória. Ela recai, justamente, nos sujeitos, demandas e processos que mais oferecem ameaça ao seu *status quo*, aumentando as desigualdades (Albrecht, 2019), e, no Brasil, os ainda recentes avanços democráticos não foram suficientes para fazer frente a sua hegemonia. Esse arranjo colabora para a manutenção das desigualdades sociais, instituições públicas frágeis, práticas clientelistas, corrupção e baixa compreensão de direitos e deveres sociais e motiva um sentimento de descrença dos indivíduos para com a própria democracia (Aragão, 2023; Pereira, 2019), conforme se tem evidenciado em diversas pesquisas.

Relatórios recentes publicados pelo Latinobarômetro (2021, 2023), Open Society Foundation (2023), International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA, 2023) e pela revista *The Economist* (2021, 2022) enquadram o Brasil em um cenário de crise de representação e de descrença democrática. O aprimoramento da participação é uma via de enfrentamento às condições que geram esse cenário temerário para o regime democrático (Carvalho & Siqueira, 2020) e contesta a concepção pretensiosa de universalidade e exclusividade do modelo democrático liberal (Avritzer & Santos, 2002). É nesse ponto que a educação política ganha maior relevância, uma vez que o aprimoramento da participação deve passar pela qualificação dos cidadãos como meio de possibilitar que atuem de maneira efetiva nas instâncias existentes.

Alinhado à conclusão de Benevides (1996), "pela indispensável associação entre democracia participativa e educação política do cidadão" (p. 224), compreende-se que o interesse pelo estabelecimento de um governo democrático se caracteriza como o principal ponto de intersecção entre as literaturas de Governo Aberto e educação política. Na mesma linha da autora, Pontual (2006) também enxerga a prática educativa como um elemento fundamental para o exercício democrático. O autor utiliza a expressão "pedagogia da gestão democrática" para o que aqui tratamos por educação política, argumentando pela sua indispensabilidade para "possibilitar que os atores (da sociedade civil e do governo) adquiram eficácia e potência de ação no exercício da democracia, da cidadania ativa, na vitalização das esferas públicas e na construção de uma nova cultura política" (Pontual, 2006).

Verificou-se também uma relação de convergência entre os conteúdos abordados pelas práticas de educação política, sistematizados por Jardim (2018), e os assuntos pertinentes ao debate de Governo Aberto, mais especificamente relacionados ao princípio da participação, tais como: consolidação e qualidade da democracia e dos instrumentos de representação e participação política; prática da boa cidadania; funcionamento das instituições e da cultura política; socialização política; suprapartidarismo; troca entre educador e educando.

A partir da aproximação de ambos os campos, argumenta-se que as práticas de educação política dão maior estofo aos cidadãos para contribuírem com a efetivação da reforma de Governo Aberto. O Governo Aberto, por vezes, pode parecer complexo, o que justifica a necessidade de preparar o cidadão para que participe devidamente tanto das discussões quanto do campo da prática. Isso posto, a aparente não priorização da educação política pela OGP, considerando a posição central que tanto a participação quanto o fortalecimento da democracia ocupam no seu discurso, expressa uma contradição. Entre os atuais temas prioritários da parceria, nota-se que a educação política, ou outro termo equivalente, não está incluída.

A intersecção entre Governo Aberto e educação política aqui abordada pode provocar os autores de educação política a contemplarem os conteúdos do campo de Governo Aberto e, em contrapartida, os autores e reformadores de Governo Aberto podem ser sensibilizados para a importância da educação política tanto para disseminar a agenda quanto para alcançar resultados mais efetivos das suas ações e uma inclusão mais plena.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa descritivo-explanatória, geralmente motivada, segundo Gil (2010), pela preocupação com a prática. Os procedimentos empregados foram pesquisa bibliográfica sobre as literaturas de Governo Aberto e educação política e pesquisa documental. Essa última baseou-se na sistematização e examinação dos Planos de Ação criados pelos governos locais da OGP, entre 2016 e 2023, disponibilizados no *site* da parceria. Foram considerados compromissos de educação política aqueles voltados a formar cidadãos em geral e servidores públicos em temas que dialogam com a literatura de Governo Aberto e de educação política e cujos objetivos/descrições ou ações expressam o interesse de aprimorar a participação.

EDUCAÇÃO POLÍTICA EM PLANOS DE GOVERNO ABERTO PELO MUNDO

O fomento às práticas de Governo Aberto não é exclusividade da OGP, contudo a parceria se estabeleceu como a principal fomentadora da agenda ao estimular governos de todo o mundo a adotarem a realizarem a reforma de Governo Aberto.

Criada em 2011, por iniciativa de oito países (África do Sul, Brasil, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido), possui o objetivo de promover maior transparência e participação nos processos de discussão e tomada de decisão, combater a cor-

rupção e fazer uso das novas tecnologias para aprimorar a governança e a qualidade dos serviços públicos (OGP, 2023a; Oliveira, 2020).

Para ingressar na parceria, os governos devem atender critérios de elegibilidade, endossar a Declaração de Governo Aberto e criar Planos de Ação periódicos junto à sociedade civil (Neves, 2013; OGP, 2011, 2023b; Piotrowski et al., 2022). Os Planos de Ação são o núcleo da participação e, para alcançarem êxito, a OGP preconiza que eles devem focar as prioridades do governo e objetivar mudanças significativas por meio de reformas ambiciosas (OGP, 2023c).

A OGP saltou de oito países, em 2011, para 75, em 2024. Em 2016, a partir da compreensão de que estados e municípios possuem maiores condições de promover reformas inovadoras e ambiciosas de Governo Aberto (OGP, 2023a), criou o então Programa Piloto Subnacional (atual Programa OGP Local) que, em 2024, conta com a adesão de 150 governos.

Piotrowski et al. (2022) ressaltaram que o Programa OGP Local tem potencial para alterar a própria natureza da parceria. Como possível mostra dessa potencialidade, pode-se apontar a inédita realização da Assembleia do Programa OGP Local, na programação do último *Global Summit* da OGP (2023d).

No último parágrafo da Declaração de Governo Aberto consta que os governos aderentes se comprometem a trabalhar para empoderar os cidadãos (OGP, 2011), e a educação política é fundamental para tal propósito. Conforme Pontual (2006), a prática educativa é um elemento fundamental para garantir maior alcance e qualidade dos processos de participação. Ela possibilita que os atores tanto do governo quanto da sociedade civil alcancem eficácia e capacidade de ação no exercício democrático, na cidadania ativa, no fortalecimento das esferas públicas e na conformação de uma nova cultura política, o que se alinha às pretensões da reforma de Governo Aberto. Em 2023, a participação foi incluída entre os temas prioritários da OGP, mas a educação política ou outro termo equivalente – como estratégia para a sua efetivação –, não.

O levantamento realizado a partir da leitura de 112 Planos de Ação submetidos por 105 membros locais da OGP, entre 2016 e 2023, resultou, conforme critérios apresentados nos procedimentos metodológicos, na identificação de 16 iniciativas de educação política, entre 450 compromissos, o que corresponde a 3,5% do total.

Na Tabela 1, uma apresentação sumária dos 16 compromissos selecionados:

Tabela 1 – Compromissos Considerados Ações de Educação Política

SÃO PAULO (SP), BRASIL – INGRESSO NA OGP: 2016 1º PLANO DE AÇÃO (2016-2017)
Compromisso: Ampliar o Programa de Formação de Agentes de Governo Aberto, tornando-se um programa de educação permanente e cidadania, garantindo mobilização e ramificação territorial para atingir o maio5r número de pessoas em São Paulo.
Descrição: O compromisso visa ampliar e fortalecer o Programa Agentes de Governo Aberto para que alcance mais pessoas e se capilarize, chegando aos diferentes territórios da cidade. Além disso, pretende assegurar sua perenidade como programa de educação política e cidadã.

(continua)

Tabela 1 – Compromissos Considerados Ações de Educação Política

Objetivo: Garantir que as ações formativas em Governo Aberto, já desenvolvidas pela SP Aberta por meio do Programa Agentes de Governo Aberto, sejam melhoradas e ampliadas por meio de sua difusão nos diversos territórios da cidade de São Paulo, a fim de alcançar um maior número de munícipes e se fortalecer como programa contínuo de educação e cidadania, permitindo aos munícipes compreender e se apropriar das temáticas de Governo Aberto.
LA LIBERTAD, PERU – INGRESSO NA OGP: 2016 **2º PLANO DE AÇÃO (2018-2020)**
Compromisso: Reduzir a lacuna de alfabetização digital.
Descrição: Desenvolvimento de um processo orientado para programar e financiar atividades de alfabetização digital. Constará de um conjunto de atividades, presenciais e/ou virtuais, orientadas a massificar o uso das novas tecnologias de informação na cidade. A avaliação do compromisso será originada no número, conteúdo e qualidade dos processos de formação executada, bem como no número de certificados participantes neles. Da mesma forma, serão avaliadas as participações por gênero, jovens, local de origem e populações vulneráveis.
Objetivo: Implementar processos de capacitação, informação e socialização de uso e aprovação das ferramentas tecnológicas para a participação cidadã, na população livre, para garantir seu acesso e disponibilidade.
PAÍS BASCO, ESPANHA – INGRESSO NA OGP: 2018 **1º PLANO DE AÇÃO (2018-2020)**
Compromisso: Open Eskola (Escola Aberta para a cidadania).
Descrição: Se trata de definir um modelo de escola aberta para a cidadania em Euskadi que sirva de referência para sua implantação em diferentes níveis territoriais [...]
Objetivo: Fomentar na sociedade basca uma cultura participativa e colaborativa na geração de valor público mediante a capacitação em habilidades para a colaboração.
2º PLANO DE AÇÃO (2021-2024)
Compromisso: Open Eskola – desenvolvimento e fortalecimento da cidadania.
Ação: A Open Eskola permite que diferentes instituições tenham uma interação direta com a cidadania e, dessa forma, tenta oferecer-lhes tudo o que for necessário para: • formar e preparar cidadãos e organizações para que possam participar de maneira efetiva nos processos participativos, em definitivo, para melhorar o empoderamento do cidadão; • melhorar e garantir os resultados nos processos participativos; • oferecer ferramentas digitais acessíveis aos cidadãos para que possam superar as desigualdades digitais (brecha digital, alfabetização digital); • adaptar-se às realidades emergentes que surgiram como consequência da pandemia da Covid-19 em termos de participação, gênero etc.; • doar à cidade todos os recursos formativos, técnicos e materiais necessários para que a participação cidadã seja incorporada como um elemento maior na gestão pública do governo; • proporcionar um espaço de sensibilização e formação de cidadãos no domínio da ética pública; • alcançar uma comunidade ativa, aberta e disposta a participar e assumir a corresponsabilidade exigida no modelo de Governo Colaborativa.

(continua)

Tabela 1 – Compromissos Considerados Ações de Educação Política

COTABATO DO SUL, FILIPINAS – INGRESSO NA OGP: 2018 2º PLANO DE AÇÃO (2021-2022)
Compromisso: Aproveitando o poder da juventude na integração de valores e mecanismos de Governo Aberto para responder a questões de interesse local e comunitário na província de Cotabato do Sul. **Ação:** No próximo ano, a situação está favorável para que o Governo Provincial de Cotabato do Sul trabalhe com a sociedade civil, líderes juvenis e outros membros do setor privado no engajamento da juventude em relação aos compromissos do programa Local da OGP. Assim, eles se comprometem a realizar as seguintes ações: • educar a juventude: introduzindo o conceito de governo aberto em escolas e comunidades; • envolver a juventude: aumentando sua participação nas consultas e atividades de Governo Aberto; • unir a juventude: apoiando a criação de novos grupos de defesa juvenis e promovendo espaços e eventos para interação e colaboração entre os jovens. • liderar a juventude: oferecendo oportunidades para que líderes jovens se manifestem sobre Liberdade de Informação e Contratações Abertas, além de criar espaços para que eles iniciem campanhas e atividades relacionadas ao Governo Aberto nesses temas. Essas iniciativas serão realizadas em colaboração com o meio acadêmico, grupos locais de defesa, líderes comunitários, o setor empresarial e grupos de tecnologia baseados na província.
CATALUÑA, ESPANHA – INGRESSO NA OGP: 2020 1º PLANO DE AÇÃO (2021-2023)
Compromisso: Ampliar o projeto *Open Cohesion School* para incluir temas relacionados com os desafios sociais e a participação de novas escolas em todo o território, a fim de promover a análise crítica dos jovens e potencializar o seu impacto nas políticas públicas.
Ação: Esta ação centra-se na promoção da sensibilização e utilização de dados abertos entre os jovens, modificando o programa *Open Cohesion School*. O programa, que está sendo implementado atualmente em cinco escolas em todo o país, dá aos jovens a oportunidade de utilizar a análise de dados para estudar uma série de assuntos específicos. O objetivo é lançar um plano piloto em mais 20 escolas em todo o território e proporcionar a oportunidade de abordar questões que não são subsidiadas pelo programa (por exemplo, desafios sociais) [...]
NANDI, QUÊNIA – INGRESSO NA OGP: 2020 1º PLANO DE AÇÃO (2021-2022)
Compromisso: Participação pública e compromisso cívico.

(continua)

Tabela 1 – Compromissos Considerados Ações de Educação Política

Ação: Revisar a Lei de Participação e Educação Cívica do Condado de 2020 para alinhá-la com a visão de Governo Aberto de longo prazo, formular políticas e diretrizes para fornecer uma metodologia mais clara de descentralização e expansão da estrutura participativa e fornecer um mecanismo de *feedback* sobre o uso da contribuição pública. Complementar a estrutura participativa com as seguintes intervenções estratégicas: a) criar plataformas digitais *on-line* para gerar oportunidades de participação seguras e protegidas para cidadãos que, de outra forma, não participariam em fóruns presenciais, para submeter remotamente contribuições e opiniões sobre o orçamento e a política econômica, especialmente os jovens; b) integrar a educação cívica para fortalecer a capacidade dos cidadãos de influenciar as decisões do conselho do ponto de vista do conhecimento. Fazer também parcerias com intervenientes não estatais para implementar atividades de educação cívica e promover o acesso aos dados e informações orçamentárias e políticas necessárias em tempo útil e em versões simplificadas e fáceis de compreender; c) estabelecer Jornadas de Portas Abertas nos distritos para criar fóruns permanentes para o envolvimento proativo com a sociedade civil e os cidadãos. Por meio dessas Jornadas, as partes interessadas do conselho identificarão, discutirão e recomendarão intervenções que fortalecerão as iniciativas de Governo Aberto do conselho; d) emitir *feedback* oportuno sobre a utilização dos contributos da participação pública para explicar quais contribuições foram utilizadas e fornecer justificativas para as contribuições não utilizadas.
OSASCO, BRASIL – INGRESSO NA OGP: 2020 **1º PLANO DE AÇÃO (2021-2024)**
Compromisso: Educação Cívica – ensinar aos cidadãos como funcionam as administrações e o processo para promover a participação social na tomada de decisões.
Ação: O compromisso busca gerar um projeto que institua a educação cidadã permanente dos burocratas e do público em geral para tornar as políticas públicas mais acessíveis e compreensíveis, orientando a decisão pelas demandas públicas. Além disso, uma vez que esses atores tenham esse tipo de instrumento, eles poderão simplificar o processo administrativo e compartilhar a cultura da transparência. Do ponto de vista do público, esse tipo de compromisso representa abrir um espaço para que eles façam parte do processo, flexibilizando o horário e o local para a participação do público. Com o tempo, espera-se que a administração abra espaços onde as pessoas possam compartilhar seus conhecimentos e informações sobre questões públicas, aproximando a gestão e a sociedade.
CURRIDABAT, COSTA RICA – INGRESSO NA OGP: 2020 **1º PLANO DE AÇÃO (2023-2024)**
Compromisso: Comunicar e aumentar a conscientização sobre questões-chave da OGP para funcionários de empresas municipais e comunidades organizadas, e trabalhar com o Escritório de Cultura de Paz.
Ação: Desenvolver um currículo introdutório para comunidades e funcionários de empresas municipais para abordar e aumentar a conscientização sobre questões-chave da OGP, fornecendo aos cidadãos e funcionários ferramentas para incluir princípios de GO em seu trabalho. A principal mudança esperada é ter uma cidadania mais informada e capacitada.
DETMOLD, ALEMANHA – INGRESSO NA OGP: 2022 **1º PLANO DE AÇÃO (2022-2025)**
Compromisso: Estabelecimento de uma "escola de dados" como oferta educacional sobre dados abertos e uso de dados com a ajuda de parceiros educacionais regionais.

(continua)

Tabela 1 – Compromissos Considerados Ações de Educação Política

Ação: Com a criação da "escola de dados", todos os cidadãos deverão ser capazes de educar-se de modo simples e fácil sobre temas como visualização de dados, análise de dados e utilização de dados. Os dados abertos municipais servirão de base para experimentar e implementar os primeiros projetos próprios.
NOVI PAZAR, SÉRVIA – INGRESSO NA OGP: 2022 1º PLANO DE AÇÃO (2022-2023)
Compromisso 1: Academia cívica.
Ação: Os jovens de Novi Pazar não estão suficientemente familiarizados com a estrutura e os poderes do governo autônomo local, com os serviços que presta, bem como com os direitos que podem exercer. A informação insuficiente sobre os poderes do governo autônomo local afeta o exercício de direitos e a prestação de serviços aos jovens cidadãos. A academia cívica deve proporcionar uma educação moderna e contraintuitiva sobre os direitos e obrigações no âmbito do governo autônomo local. Uma abordagem moderna, conteúdos multimídia, mais o contato direto com os jovens que se preparam para a vida acadêmica, são uma boa base para a formação contínua. A academia cívica contém duas unidades. A primeira parte refere-se à organização do Open Day. Os alunos do ensino secundário, juntamente aos professores, passarão um dia no edifício da Administração Municipal, onde conhecerão o trabalho de todas as autoridades municipais. Uma entrevista com um representante de uma das autoridades da cidade será marcada no final da visita. Os participantes da academia terão a oportunidade de preencher uma pesquisa na qual poderão indicar o que gostariam de melhorar no trabalho do governo autônomo local. Além disso, eles terão a oportunidade de responder a pesquisas *on-line* e anonimamente. A segunda parte refere-se à produção de conteúdos multimídia (vídeos e tutoriais) que educam sobre as competências do governo autônomo local e são distribuídos por diversos canais de comunicação.
Compromisso 2: Realização de uma série de *workshops* em comunidades locais com o objetivo de aumentar a capacidade dos cidadãos na utilização de mecanismos abertos de parceria governamental.
Ação: O Departamento de Informação e o Departamento de Administração Geral da cidade de Novi Pazar, em cooperação com a Câmara Municipal, formarão uma equipe para realizar uma série de *workshops* nas comunidades locais com o objetivo de aumentar a capacidade dos cidadãos na utilização dos mecanismos da OGP. A equipe formada desenvolverá um programa de *workshop* de um dia para aumentar a capacidade das agências e dos cidadãos na utilização dos mecanismos da OGP. Na zona da cidade de Novi Pazar, serão organizados pelo menos 10 *workshops* de um dia no nível das comunidades locais, com uma duração mínima de três e máxima de cinco horas de trabalho. Na seleção das comunidades locais onde serão realizadas as oficinas, será levada em consideração a igualdade de representação de acordo com o tipo de assentamento (área urbana ou rural), estrutura nacional, distribuição geográfica, disposição expressa de cooperação (participação da comunidade local) etc.
NUEVO LEÓN, MÉXICO – INGRESSO NA OGP: 2022 1º PLANO DE AÇÃO (2022-2024)
Compromisso: Em Nuevo León, meninas, meninos e adolescentes participam para melhorar nosso meio ambiente.

(continua)

Tabela 1 – Compromissos Considerados Ações de Educação Política

Ação: A ação central do compromisso busca que a Secretaria de Participação Cidadã, a Secretaria de Educação e o Sistema Estadual de Proteção à Criança e ao Adolescente do Estado de Nuevo León colaborem e se comprometam a fornecer espaços físicos e digitais que permitam a formação, promoção, estímulo, promoção, divulgação e implementação de processos participativos de crianças e adolescentes em um ambiente de escuta segura, inclusiva e ativa que resulte na participação efetiva de crianças e adolescentes para a melhoria do seu contexto imediato.
QUITO, EQUADOR – INGRESSO NA PGP: 2020 1º PLANO DE AÇÃO (2022-2023)
Compromisso: Desenvolver processos de formação e educação para a participação efetiva dos cidadãos em Quito por meio das Administrações Zonais do município para aumentar os níveis de participação e impacto na tomada de decisões locais.
Ação: O objetivo central do compromisso é cocriar, em conjunto com atores municipais, governamentais, acadêmicos e Organizações da Sociedade Civil (OSC), espaços plurais e informativos com maior força em questões de participação cidadã e envolvimento cidadão, principalmente naqueles que não têm acesso ao assunto, ou que se distanciaram dele, por diversos desincentivos como falta de espaços ou não renovação de liderança. Isso acontece por meio de uma cooperação interinstitucional eficaz entre as diferentes entidades envolvidas, com uma forte participação da academia no desenvolvimento da socialização e na formação em participação cidadã e nos seus efeitos no bem-estar das comunidades.
TIMIȘOARA, ROMÂNIA – INGRESSO NA OGP: 2020 1º PLANO DE AÇÃO (2022-2024)
Compromisso: Aumentar a participação cidadã.
Ação: Objetivo geral: Aumentar o grau de confiança dos cidadãos na administração pública local: • estratégia de participação cidadã (inclui comunicação inclusiva com diferentes perfis de cidadãos); • programa educacional prático dedicado a servidores públicos sobre participação cidadã; programa educativo prático dedicado aos cidadãos (foco nos jovens) sobre a participação cidadã; • grupos de trabalho em áreas urbanas específicas (por exemplo: governança, educação, digitalização, mobilidade); • balcão único (portal, como o decide.org) para processos urbanos cocriados (inclui grupos de trabalho, debates públicos etc.); • portal dedicado aos cidadãos para relatar problemas/questões da cidade; • mapeamento digital dos recursos da cidade; • financiamento de projetos relevantes da cidade da OGP por meio do Centro de Projetos.
VALÊNCIA, ESPANHA – INGRESSO NA OGP: 2022 1º PLANO DE AÇÃO (2022-2023)
Compromisso: Inovação e cultura de Governo Aberto: formar, educar e construir uma cultura participativa a partir da comunidade educativa, fortalecendo a rede e os vínculos existentes entre a sociedade civil e a administração pública.

(continua)

(conclusão)

Tabela 1 – Compromissos Considerados Ações de Educação Política

Ação: 1. Escola de Participação Cidadã: Formação em políticas de participação cidadã, Governo Aberto e metodologias de participação; implementação de processos de inovação participativa [...] e desenho e implementação de mecanismos de participação cidadã no âmbito da gestão pública; 2. Programa Juventude para a Construção da Cidadania: Formação em cultura democrática; conhecimento do contexto social em que vivem; fomentar alianças com redes juvenis, redes municipais, associações etc.; e estimular ações colaborativas nos espaços de convivência mais próximos dos jovens afetados; 3. Prêmios ParticipAcción: dirigidos a cidadãos organizados ou individuais, centros educativos e Câmaras Municipais que realizam projetos de participação cidadã com impacto social transformador nos seus territórios e na sociedade em geral.

Ainda que representem apenas 3,5% do total de compromissos, a progressiva ampliação do número de governos locais signatários da OGP e um aparente maior reconhecimento do impacto das ações por eles realizadas pode favorecer que essa parcela diminuta de ações seja mais compartilhada e replicada entre os governos locais.

Argumenta-se que os compromissos constantes da Tabela 1 apontam para existência de uma lacuna de ações de educação política entre os compromissos apresentados pelos governos subnacionais. A priorização da educação política pela OGP – sem afirmar que tal lacuna seja uma consequência direta dessa não escolha – poderia se refletir em um maior número de compromissos e, também, de pesquisas acadêmicas, ampliando a perspectiva de enfatizar a interface entre as áreas de Governo Aberto e educação política e atualizando o debate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou desenvolver uma relação entre os Planos de Ação em Governo Aberto da OGP e a educação política, tema ainda escassamente desenvolvido na literatura acadêmica. As contribuições almejadas são compostas por um ensaio teórico que busca explorar as interconexões entre os conceitos de educação política, educação cívica e Governo Aberto.

Além disso, o trabalho apresenta um relevante esforço de compilação de todas as ações de educação política/cidadã nos Planos de Ação dos governos locais da OGP, algo que, até o momento, não havia sido identificado, contribuindo significativamente para o campo de estudo. Com base nos marcos teóricos de Governo Aberto e educação política, compreendeu-se que ambos têm como objetivo comum o fortalecimento da democracia, o que constitui o elemento central de interseção.

REFERÊNCIAS

Albrecht, N. F. M. de M. (2019). Teorias da democracia: Caminhos para uma nova proposta de mapeamento. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (88), 1-24. https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/467

Almeida, R. D. (2016). Pensamento, cultura e educação política no Brasil: Algumas reflexões e propostas. *Cadernos Adenauer*, *1*, 15-30. https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_18862_5.pdf/1893b872-84fb-cf9e-d835-25b1cf469117

Aragão, C. (2023). *Educação política na escola: O caminho do monitoramento participativo mediado pela tecnologia cívica digital* (Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Federal da Bahia).

Avritzer, L., & Santos, B. D. S. (2002). Para ampliar o cânone democrático. In *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa* (pp. 39-82). Civilização Brasileira.

Bellix, L., Guimarães, C. B. S., & Machado, J. (2017). ¿Qué concepto de Gobierno Abierto? Una aproximación a sus principios. *GIGAPP Estudios Working Papers*, *4*(55/59), 78-91.

Benevides, M. V. D. M. (1996). Educação para a democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, *38*, 223-237. https://doi.org/10.1590/S0102-64451996000200011

Bobbio, N., & Nogueira, M. A. (1986). *O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo*. Paz e Terra.

Calderón, C., & Lorenzo, S. (2010). *Open government*. Editora Algon Editores/MMX.

Carvalho, L. S., & Siqueira, P. H., (2020). Crise de representatividade na democracia brasileira: Considerações sociais e políticas. *Ciências Sociais em Perspectiva*, *19*(37). https://doi.org/10.5935/1981-4747.20200008

Chatwin, M., Arku, G., & Cleave, E. (2019). Defining subnational open government: Does local context influence policy and practice? *Policy Sciences*, 52, 451-479. https://doi.org/10.1007/s11077-018-09347-7

Cosson, R. (2011). Letramento político: Trilhas abertas em um campo minado. *E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, *7*(7), 49-58. https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/90

Criado, J. I., Ruvalcaba-Gómez, E. A., & Valenzuela-Mendoza, R. (2018). Revisiting the open government phenomenon: A meta-analysis of the international literature. *JeDEM-eJournal of eDemocracy and Open Government*, *10*(1), 50-81. https://doi.org/10.29379/jedem.v10i1.454

Cruz-Rubio, C. N. (2015). ¿Qué es (y que no es) gobierno abierto? Una discusión conceptual. *Eunomía. Revista en Cultura de la Legalidad*, (8), 37-53. https://e-revistas.uc3m.es/index.php/eunom/article/view/2475

Cruz-Rubio, C. N., (2016). *Hacia el gobierno abierto: Una caja de herramientas*. Departamento para la Gestión *Pública* Efectiva. Organización de los Estados Americanos.

Dagnino, E. (2004). Sociedade civil, participação e cidadania: De que estamos falando. In *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización* (pp. 95-110). FACES, Universidad Central de Venezuela.

Dantas, H. (2010). O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. *Educação política: Reflexões e práticas democráticas*. Fundação Konrad Adenauer, (3), 3-11.

Dantas, H. (2017). *Educação política: Sugestões de ação a partir de nossa atuação*. Konrad Adenauer Stiftung.

Fernandes, M. F. M. (2018). Abordagens teóricas relevantes para o estudo da educação política. *Revista Parlamento e Sociedade*, *6*(11), 48-64.

Garbiero, G. G. (2017). Consensos y controversias en torno al Gobierno Abierto. In *Congreso Latinoamericano de Teoría Social*, Buenos Aires, Argentina.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Ediitora Atlas SA.

International Association for the Evaluation of Educational Achievement. (2023). *International civic and citizenship education study 2022*. https://www.iea.nl/sites/default/files/2023-11/ICCS2022-International-Report.pdf

Jardim, L. B. S. (2018). O que se entende por educação política no Brasil? *Revista Parlamento e Sociedade*, *6*(11), 33-45. https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/144

Latinobarómetro. (2021). *Regional human development report 2021*. https://www.latinobarometro.org/lat.jsp?Idioma=0

Latinobarómetro. (2023). *Regional human development report 2023*. https://www.latinobarometro.org/lat.jsp?Idioma=724

Lotta, G. (2016). Formação e governo aberto. In *Memória da Iniciativa São Paulo Aberta* (pp. 293-298). Imprensa Oficial.

Lozano, A. M. (2010). Gobierno Abierto, una aproximación desde el Estado. In *Open Government: Gobierno abierto* (pp. 103-125). Algón.

Nascimento, A., Silva, B., & Seino, E. (2016). Educação para a cidadania: O projeto Parlamento Jovem em Araraquara-SP. *Cadernos Adenauer. 17*(1), 231-249

Neves, O. M. D. C. (2013). *Evolução das políticas de Governo aberto no Brasil*. Curadoria ENAP. https://exposicao.enap.gov.br/items/show/277

Obama, B. H. (2009). *Memorandum for Transparency and Open Government*. https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/transparency-and-open-government

Oliveira, D. J. S. (2020). *Governo aberto: Análise de políticas públicas sob os princípios de transparência, participação e colaboração* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais).

Oliveira, D., & Ckagnazaroff, I. B. (2023). Governo aberto na cidade de São Paulo: Uma análise de políticas públicas abertas. *Revista de Administração Contemporânea*, *27*(2). e210279. https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210279.por

Open Government Partnership. (2011). *Open Government Declaration*. https://www.opengovpartnership.org/process/joining-ogp/open-government-declaration/

Open Government Partnership. (2023a). *About OGP*. https://www.opengovpartnership.org/about/

Open Government Partnership. (2023b). *OGP Strategy 2023-2028*. https://www.opengovpartnership.org/estrategia-de-ogp-2023-2028/

Open Government Partnership. (2023c). *OGP National Handbook - Rules + Guidance for Participants*. https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2022/03/OGP-National-Handbook-2022.pdf

Open Government Partnership. (2023d). *OGP Local Assembly*: *Accelerating de Impact of Open Government at Local Level*. https://ogpsummit2023.sched.com/event/1Ootj/ogp-local-assembly-accelerating-the-impact-of-open-government-at-the-local-level?linkback=grid

Open Society Foundation. (2023). *Open Society Barometer: Can Democracy Deliver?* https://www.opensocietyfoundations.org/publications/open-society-barometer-can-democracy-deliver

Parks, W. (1957). Open Government Principle: Applying the right to know under the Constitution. *The George Washington Law Review*, *26*(1), 11-22. https://www.scirp.org/(S(czeh2tfqw2orz553k1w0r45))/reference/referencespapers?referenceid=983387

Pereira, A. K. B. (2019). Teoria democrática contemporânea: As contribuições de Robert Dahl. *Sociologias Plurais*, *2*(2e). https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/64792

Piotrowski, S., Berliner, D., & Ingrams, A. (2022). *The power of partnership in open government: Reconsidering multistakeholder governance reform (information policy)*. The MIT Press.

Pontual, P. (2006). Pedagogia da gestão democrática das cidades. *Fundação Perseu Abramo*. https://fpabramo.org.br/2006/05/16/pedagogia-da-gestao-democratica-de-cidades/

Ramírez-Alujas, Á. (2012). Gobierno abierto es la respuesta: ¿Cuál era la pregunta? *Revista Más Poder Local*, *12*(Especial Redes Sociales y Gobernanza), 14-22. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4013852

Ruvalcaba-Gomez, E. A., Criado, J. I., & Gil-Garcia, J. R. (2018, maio). Discussing open government as a concept: A comparison between the perceptions of public managers and current academic debate. In *Proceedings of the 19th Annual International Conference on Digital Government Research: Governance in the Data Age*.

Santos, A. (2021). Uma promessa não cumprida da democracia: Fragmentos para uma história da educação política na escola básica brasileira. In H. Dantas & J. Luz (Coords.), *Ciência política e políticas de educação* (pp. 169-184). Konrad Adenauer.

Schmitz, P. (2021). Educação política e doutrinação política: Diferenças e espaços legítimos. *Revista Parlamento e Sociedade*, *9*(17), 33-44. https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/217

Tai, K. T. (2021). Open government research over a decade: A systematic review. *Government Information Quarterly*, *38*(2), 1-15. https://doi.org/10.1016/j.giq.2021.101566

The Economist. (2021). *Democracy index*. https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2021/?utm_source=economist&utm_medium=daily_chart&utm_campaign=democracy-index-2021

The Economist. (2022). *Democracy index*. https://www.economist.com/graphic-detail/2023/02/01/the-worlds-most-and-least-democratic-countries-in-2022

CONFLITOS DE INTERESSE

Os/as autores/as não têm conflitos de interesse a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Fernanda Nascimento de Lima: Conceitualização, curadoria de dados, análise formal, Investigação; Metodologia; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Gisele da Silva Craveiro: Conceitualização, análise formal, Metodologia, Supervisão; Validação; Visualização.